



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2011

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as demissões de trabalhadores do consórcio construtor responsável pelas obras da Usina de Belo Monte.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, **Senhor Edison Lobão**, sobre as demissões de trabalhadores do consórcio construtor responsável pelas obras da Usina de Belo Monte, nos seguintes termos:

1) O contrato de concessão da exploração do potencial hidrelétrico da usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), feita entre o consórcio Norte Energia e o Poder Público, integra garantias trabalhistas e sociais aos empregados das empresas que formam o consórcio? Solicito o encaminhamento de cópia do contrato de concessão.

2) Qual o órgão do governo é o responsável pela fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais? Qual é a periodicidade dessa fiscalização?



Câmara dos Deputados

3) Desde o início do contrato, quantas fiscalizações já foram feitas? Houve alguma irregularidade constatada pelo órgão fiscalizador? Se houve, que ações serão tomadas por esse Ministério?

4) De quem é a responsabilidade pela segurança da obra e dos trabalhadores?

5) Sobre as denúncias de envolvimento de policiais da ROTAM de Belém escoltando trabalhadores, o que foi feito para apurar essas denúncias? Comprovando-se a escolta desses policiais, forçando os trabalhadores a voltarem às suas cidades natais, o que caracterizaria crime de constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal), o que foi feito para responsabilizar os autores dessa ação?

6) Os trabalhadores demitidos foram contratados por meio de que regime trabalhista? Os direitos dos trabalhadores demitidos foram resguardados?

JUSTIFICATIVA

O Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pelas obras da usina, demitiu, de acordo com o jornal Folha de São Paulo de 16 de novembro de 2011, 150 trabalhadores do canteiro de obras Belo Monte, a 50 quilômetros de Altamira, no Pará. Segundo os operários, a empresa não apresentou nenhuma justificativa formal para as demissões, mas a dispensa ocorreu quatro dias após a entrega de uma pauta de reivindicações trabalhistas à diretoria do CCBM.

Os atritos com a empresa começaram no dia 11 de novembro desse ano, quando quatro trabalhadores foram demitidos por se recusarem a realizar um trabalho que estava fora de suas funções. Um clima de revolta se instalou entre os operários, que, após o expediente de trabalho, ameaçaram incendiar o canteiro caso as demissões não fossem revertidas.



Câmara dos Deputados

Por sugestão da própria diretoria do canteiro, foi eleita uma comissão de quatro representantes dos trabalhadores, apontados em conjunto com os diretores do consórcio, para conduzir as rodadas de negociação. “Eles [os diretores] nos escolheram justamente porque a gente conseguiu acalmar a situação e abrir o diálogo com a empresa”, explica o pedreiro José Antônio Cardoso, um dos negociadores. O CCBM propôs, então, uma reunião no dia seguinte, com a participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Pará (Sintrapav-PA).

Conforme noticiou o Movimento Xingu Vivo para Sempre, na manhã do dia 12 de novembro, os trabalhadores realizaram uma paralisação para definir a pauta que seria entregue na negociação com a empresa, compondo uma lista com 16 reivindicações. Entre os pontos, destacam-se a exigência do pagamento de horas-extras aos sábados, o cumprimento do acordo sobre as folgas de 90 dias, aumento do vale-alimentação e a instalação de telefones no canteiro. Os operários também pediam o aumento do contingente de fiscalização de seguranças do trabalho, que garantiria a coibição de desvio de função. “Lá tem cinco seguranças, pra umas 20 frentes de trabalho. Isso é um problema muito sério, que no próprio treinamento da empresa eles disseram que nós precisamos ajudar a evitar. E foi aí que todo esse problema começou”, explica o carpinteiro Walter Almeida, também do grupo negociador.

Durante o encontro, a diretoria da empresa se comprometeu a encaminhar as propostas à superintendência de Belo Monte e não retaliar nenhum dos trabalhadores envolvidos nas ações e nas negociações. Contudo, na manhã de do dia 16 de novembro, os funcionários se depararam com uma lista de demitidos, afixada na entrada do canteiro.

Ainda pela manhã, os demitidos foram colocados em ônibus pela polícia e retirados do local. Os quatro representantes dos trabalhadores, escolhidos para conduzir as negociações, no entanto, receberam “tratamento especial”. Para evitar que buscassem os órgãos competentes em Altamira, como o Ministério Público do Trabalho, para denunciar os abusos, eles foram escoltados pela polícia até Anapu,



Câmara dos Deputados

município à uma hora e meia do canteiro, onde pegariam um ônibus para Marabá e, de lá, outro para Estreito (MA), município de origem. “Nós quatro fomos escolhidos pela empresa para ajudarmos nas negociações e evitar conflitos. E simplesmente fomos demitidos. A empresa usou a gente e jogou fora”, lamenta Walter.

A escolta foi realizada pela Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), polícia de elite vinda de Belém e responsável por prevenir e reprimir situações de criminalidade violenta. De acordo com os trabalhadores, eles foram vigiados de perto e acompanhados por policiais até quando iam ao banheiro.

Os outros demitidos também foram encaminhados pela polícia, e seguiram viagem para o Maranhão. Ao contrário da maioria dos 1800 trabalhadores da obra, os afastados viviam no próprio canteiro, em alojamentos de tecido sintético, conhecidos como “carpas”. No total, cerca de 300 pessoas moram no local.

Diante do exposto e em face da clara relevância que tem a matéria, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia para que preste os esclarecimentos solicitados.

Sala das Sessões, em de novembro de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA